



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2014

### Ata n.º 12

Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:30 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e quatro de Julho e aditamentos de vinte e oito de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação e deliberação da acta de 05-06-2014; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo - Aquisição de Licenciamento do Sistema de Gestão Documental - EdocLink, conforme previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo - Aquisição de Manutenção e Helpdesk para o Sistema de Gestão Documental - EdocLink, conforme previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento 2014, conforme determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Projecto "Sonhos de Verão", conforme determina a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação sobre a reclamação apresentada sobre o processo de loteamento n.º 59 (Vale Navio); -----

Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia, convida o Membro, Maria Eugénia Xufre Baptista para fazer parte da Mesa e secretariar a reunião em substituição da Primeira - Secretária. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldês de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo



Gaspar (VIVA), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

**Faltas:** Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e Ana Cristina Neves Pinto Oliveira. ---

**Substituições:** Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando Anastácio, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. ---

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Carlos Oliveira: "Sou cidadão desta cidade há mais de quinze anos mas é a primeira vez que aqui venho. Vivo e tenho algumas propriedades na expansão Norte do Montechoro e há mais de vinte anos que oiço sempre a mesma desculpa, que é: "o urbanizador ainda não entregou a urbanização à Câmara", e aquilo está ao abandono. Venho, então, perguntar quando é que a Câmara assume a sua responsabilidade para com aquela zona. Ando a fazer um jardim público há mais de vinte anos e aquela zona precisa de passeios, sinalização, e a Câmara pouco faz lá. Nós cumprimos com as nossas obrigações, pagamos os nossos impostos, cumprimos com os nossos deveres e gostaríamos de ter os mesmos direitos." -----

Rodrigo Vicente: "Boa noite. Falo em representação dos proprietários das habitações de custos controlados de Ferreiras. Atualmente, estamos sem energia elétrica e gostava de saber qual é a posição da Câmara perante esta situação, tendo em conta que estão cerca de quinze famílias lá a habitar sem luz, tendo, também, em conta o facto de este processo decorrer há mais de um ano. Gostávamos de saber, então, qual é a posição da Câmara." -----



Paulo Costa: “Boa noite. Sou sócio gerente de uma empresa de venda de instrumentação acústica e desde há dois anos que ando a fazer algum acompanhamento junto da Câmara, nomeadamente quanto aos limitadores, para cumprimento do regulamento dos estabelecimentos comerciais. Desde o início que fiz a primeira apresentação, em dois mil e doze, do equipamento aqui na Câmara de Albufeira, com o Vereador José Sequeira, que não mostrou qualquer interesse no nosso equipamento, nem na nossa plataforma, que é uma plataforma gratuita, mas já existe há mais de dez anos. É uma plataforma aprovada em todo o mundo, Portugal, Espanha, Suíça, Alemanha, França, Estados Unidos, Brasil, é o limitador mais vendido em todo o mundo e o único município onde é proibido, é em Albufeira. Aqui os munícipes têm de ter um limitador da empresa de um engenheiro Bazelga. É o único limitador aprovado aqui nesta Câmara, ou seja, é o único limitador que pode ligar à plataforma que a Câmara, hipoteticamente, disponibiliza aos munícipes. Essa plataforma não consegue ligar com mais nenhum limitador. A plataforma foi feita como um fato à medida para aquele equipamento. E as especificações que vêm no regulamento são um fato mesmo à medida só daquele limitador, inclusivamente, especifica requisitos que não servem para nada. Esses requisitos estão lá especificados porque só aquele equipamento cumpre e só aquele equipamento é que pode ser vendido. Há essa exigência no regulamento, e essa exigência impede a venda de outras marcas. A plataforma que a Câmara tem foi desenvolvida por um senhor que não percebe nada de acústica. Eu cheguei a falar com ele. O regulamento está cheio de erros, tem definições erradas, o regulamento fala em limitadores tipos um, tipo dois e tipo três, mas depois só especifica o tipo três. Eu corrigi o regulamento em dois mil e doze. O Vereador Sequeira pediu-me para dar um parecer técnico, eu dei o meu parecer técnico, completamente isento, e resultado disso foi que não mudaram uma única vírgula. Chamei a atenção várias vezes no anterior regulamento e acabou por sair em dois mil e treze uma nova versão do regulamento, exactamente igual, com os mesmos erros, e a impedir ainda mais a entrada de outros limitadores. Eu sei que foi a Assembleia que o aprovou mas alguém, tecnicamente, teve que estar envolvido nisso, só que não esteve da melhor forma. O que eu pretendo é que a Câmara autorize que o nosso equipamento possa ser montado aqui porque tem algumas particularidades. É o único equipamento do mercado que funciona só por acústica. A nossa empresa fabrica sonómetros, fabrica os equipamentos que os laboratórios de ruído utilizam para fazer a medição acústica dos edifícios. Além disso, o nosso limitador é mais barato que o limitador que está a ser vendido aqui e os munícipes ficam a perder com esse vosso equipamento. Porque a nossa licença são cento e cinquenta euros da primeira vez que se monta o limitador e durante cinco anos não têm de pagar nada. A licença daqui são cento e cinquenta euros por ano. O nosso limitador é utilizado em grandes discotecas e é o único que não distorce a música.



Aquilo que eu quero é que, rapidamente, a Câmara autorize que outros limitadores entrem aqui porque eu esperei dois anos para que a Câmara tomasse medidas. A Câmara voltou a repetir os mesmos erros, a colocar o mesmo regulamento e eu não quero tomar outras medidas, porque se perguntarmos quantos limitadores estão aqui aprovados, quantos limitadores podem ser montados no concelho, a resposta é: um, e eu não preciso dizer mais nada. Portanto, pretendo que a Câmara tome as devidas providências, e não é esperar para o próximo regulamento, é rapidamente. Tem de haver uma alteração para que não tenhamos de tomar outras medidas. Vim de Braga de propósito a esta reunião para expor este problema. Não consigo aguentar mais que não haja ninguém dentro da Câmara que faça o que quer que seja para alterar aquilo que está mal, e já está mal há dois anos. Eu chamei a atenção, não fui levado em conta. Fiz tudo de uma forma isenta, sem colocar as especificações do nosso equipamento. Pediram-me a opinião e alterei bastantes artigos no vosso regulamento, dei a minha opinião, pois eu conheço a realidade de todas as câmaras do país, e Albufeira é a única Câmara que não admite mais do que um limitador." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. Quanto à intervenção do senhor Carlos Oliveira, é do conhecimento público que estamos numa fase de algumas restrições de carácter financeiro. A questão que levantou, de as infra estruturas ainda não terem sido entregues, de alguma forma, isso está a ser visto, porque tudo quanto existe ainda de garantias bancárias estamos a tratar dessas questões, e com certeza que o Montechoro não será esquecido." -----

Vice-Presidente: "Só para acrescentar ao que já foi dito. Temos algumas garantias, já tomamos algumas medidas em algumas delas, demos noventa dias ao promotor para fazer a cabimentação e, caso não façam no prazo de noventa dias, nós accionamos a parte da garantia correspondente àquilo que é necessário. É o que vai acontecer nesses loteamentos do Montechoro e em outras zonas do concelho. Vamos tentar, dentro daquilo que são as garantias existentes. Neste momento, estamos em contenção de algum investimento. Naturalmente as coisas vão melhorando, a conjuntura económica vai melhorando, é natural que dentro de poucos anos se consiga tomar posse daquela zona." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à intervenção do senhor Rodrigo Vicente, é um assunto que também já foi falado em reunião de Câmara, tem sido acompanhado pela Vereadora Marlene, eu próprio também já me envolvi e já tenho marcada uma reunião com o administrador para amanhã. Segundo a informação dos serviços, a parte das obras que estava em falta fazer, já estão quase todas feitas. A questão actual, do corte de electricidade, espero amanhã já ter alguma luz verde para resolver o problema. Não depende só da Câmara. Estamos empenhados em conseguir uma solução rápida para as pessoas que lá vivem. São vários os interesses que estão em causa, são



vários os incumprimentos que existem por parte da empresa. A Câmara Municipal está empenhada na resolução do problema, vamos tentar dar o nosso máximo, sabendo de antemão que a resolução não está apenas nas nossas mãos. Quanto à intervenção do senhor Paulo Costa, não sabia. Acabei de tomar conhecimento de que apenas poderia haver um limitador de som. Agradeço que tenha vindo de Braga até aqui, à Assembleia Municipal, para nos esclarecer. É bom que também se contenha na forma de falar: não aceito que diga que "foi fato feito à medida" porque foi a Assembleia Municipal que deliberou. Faça a sua exposição, a sua empresa que explicita a situação e, seguramente, se tiver razão, tomaremos medidas para que os princípios da concorrência e da igualdade sejam preservados neste município. Desconhecia por inteiro o que o senhor relatou e, portanto, agradeça que o faça por escrito." -----

Paulo Santos: "Eu dirigi uma carta no dia dez de Julho, com aviso de receção. Foi enviada ao Dr. Carlos Silva e Sousa, que penso que é o senhor Presidente, em que especifico já esta situação. " -----

Presidente da Câmara: "E eu devo ter remetido para os serviços competentes ou para a Vereadora. Tudo o que chega às minhas mãos é despachado de imediato para os serviços competentes, portanto ser-lhe-á dada resposta. "-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação da acta de 05-06-2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

O membro Domingos Coelho apresentou algumas alterações nas suas intervenções.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação com as alterações introduzidas pelo membro Domingos Coelho. -----

**VOTAÇÃO DA ACTA DE 05-06-2014:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) José Pimenta -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Lurdes Meirinho, Ana Pereira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís



Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo - Aquisição de Licenciamento do Sistema de Gestão Documental - EDocLink, conforme previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Lurdes Meirinho, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo - Aquisição de Manutenção e Helpdesk para o Sistema de Gestão Documental - EDocLink, conforme previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----



Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Lurdes Meirinho, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento 2014, conforme determina a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Tendo analisado esta proposta de alteração, verifica-se que a mesma cobre a necessidade de incluir o valor correspondente às contas de gerência do ano passado, para fazer, por assim dizer, o orçamento com base nestes valores que vão ser integrados nas contas de gerência. No entanto, parece-nos que deveria de haver um pouco mais de rigor, e o que se verifica nesta alteração, na inclusão deste valor considerável, é que ele não refere qualquer tipo de prioridades. Os valores são divididos em grandes áreas, nomeadamente, áreas que sabemos, à partida, que não serão afetadas: a área dos lixos, das águas. São áreas cujos valores já estão mais ou menos determinados, e, portanto, não se consegue, aqui, ter uma perspetiva do que será a aplicação dos valores relativamente a esta revisão do orçamento. E, nesse sentido, quero falar de uma questão que ainda não está resolvida: as transferências para as Juntas de Freguesia, que o Presidente na última Assembleia solicitou aos Presidentes de Junta que fizessem chegar-lhe os valores que estão em atraso, e, até à data, ainda não foi resolvido. Ainda não se verificou a resolução ou, pelo menos, a tentativa de solucionar as questões relacionadas com as divergências das receitas que as Juntas de Freguesias possam vir a ter. E, nesse sentido, a bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação da revisão do orçamento." -----



José Pimenta: "Analisámos bem esta revisão. Há uma passagem de cerca de dez milhões de euros de dois mil e treze para dois mil e catorze e gostaríamos de saber mais alguma coisa. Há aqui valores que nos chamam a atenção: no caso da limpeza e higiene, o que foi orçamentado de dois mil e treze para dois mil e catorze estava orçamentado por baixo e assim passa a reforços de oitocentos mil euros; no caso dos transportes mais setecentos mil euros. E nós gostaríamos que o executivo nos desse mais algumas dicas em relação à limpeza e higiene e porque é que em dois mil e treze, se existiu dez milhões a mais no orçamento, porque que não foi pago aos fornecedores a curto prazo?" -----

Presidente da Câmara: "Eu diria que, neste momento, estamos a pagar atempadamente aos fornecedores de curto prazo. Contudo, temos limitações em relação às dívidas antigas, que estão englobadas a nível do PAEL. É com base nisso que ainda não estão pagas algumas das dívidas. Recebemos recentemente a segunda tranche do PAEL e já foram efectuados todos os pagamentos correspondentes." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Neves, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a Favor: dez (10) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Lurdes Meirinho, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, --

A proposta foi aprovada por maioria. -----

**PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Projecto "Sonhos de Verão", conforme determina a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----





Ana Pereira: "Uma pequena nota ao capítulo segundo, artigo sétimo, ponto quatro, o regulamento menciona que "todas as inscrições efectuadas fora do período estipulado pela organização previsto no número um do presente artigo, independentemente da existência de vagas, não serão aceites". Parece-me que, havendo vagas, não se justifica a não aceitação de inscrições. Talvez uma segunda fase de inscrições faria mais sentido." -----

José Pimenta: "Li atentamente este projeto e é de enorme importância. Mas no nosso ponto de vista, há a situação da residência. Nos jardins-de-infância há crianças cujos pais têm residência noutra concelho e elas frequentam jardins públicos de Albufeira. No regulamento diz que os pais não podem residir fora do concelho. Se há encarregados de educação que moram noutra concelho, mas têm os filhos a frequentar os jardins-de-infância aqui em Albufeira, aí há um contrassenso." -----

Presidente da Câmara Municipal: "Nós temos de ver que as competências da câmara municipal são sobre o nosso território, o que não quer dizer que não possa haver exceções. A norma é que a nossa jurisdição é sobre os municípios de Albufeira e sobre o território de Albufeira. As nossas competências, do município, são limitadas à nossa população, ao nosso território. É natural que essa regra seja imposta." -----

José Pimenta: "No caso, eu resido em Silves e sou encarregado de educação de uma criança que, durante o ano, está num jardim-de-infância público de Albufeira, mas, neste projecto "Sonhos de Verão", porque o encarregado de educação não reside em Albufeira, a criança não pode entrar neste projecto. No meu ponto de vista não está correcto." -----

Vice-presidente: "O caso que apresentou pode ser discutível mas há uma diferença grande: é o caso de uma criança frequentar o jardim-de-infância durante o período normal do ano letivo e, depois, este programa - são coisas completamente diferentes. No decurso normal do ano lectivo, de Setembro até Julho, o estado financia, em todos os concelhos do país, essa frequência. Este programa é unicamente financiado pelo município de Albufeira. Portanto, não é justo que venhamos a suportar custos de crianças de outros concelhos. Enquanto ensino regular, recebemos dinheiro do estado e recebemos crianças de outros concelhos. Relativamente ao ponto quatro, que passou ao ponto cinco, isto é para disciplinar a questão das inscrições, os prazos são para se cumprir." -----



José Pimenta: "Eu compreendi a explicação mas gostaria de perguntar se podemos incluir neste programa a situação de, em último caso, se houver vagas, incluir crianças que tenham residência, por exemplo, em Loulé mas que os pais tenham os seus trabalhos aqui em Albufeira." -----

Ana Pereira: "Eu concordo plenamente que tem de haver rigor nestas coisas mas, cumprindo o prazo de inscrições, poderia haver uma segunda fase para que não ficassem crianças excluídas. Se o projecto é para um "x" de crianças, não faz sentido não estarem a usufruir por falta de inscrição." -----

Francisco Oliveira: "A questão também tem a ver com o seguinte: há situações que o próprio regulamento prevê, situações de crianças que tenham sido inscritas mas que tenham adoecido ou que, por qualquer outra razão, não possam participar, que possam até, segundo o regulamento, vir informar a entidade de que, efectivamente, não podem participar, por razões variadas, e refere mesmo que é restituído o valor do pagamento já efectuado. No fundo, é essa a questão: na eventualidade, por razões de desistência, por casos de força maior, existirem essas mesmas vagas, teria toda a razoabilidade que se abrisse um período para as vagas que pudessem estar em aberto."-----

José Pimenta: "Gostaria de colocar uma proposta de alteração para o caso de haver vagas neste projeto e para que crianças que estejam nos jardins-de-infância de Albufeira, mesmo com pais residentes em outros concelhos, fossem admitidas neste projecto." -----

Vice-Presidente: "Quero só esclarecer que, caso acontecesse, crianças de outros concelhos, carenciadas financeiramente, e nós, estando nessas situação de se poderem inscrever caso houvesse vaga, aconteceria que era o município de Albufeira que estaria a suportar a oitenta por cento o custo dessas crianças. É cria-se uma situação injusta porque o município recebe os impostos dos seus munícipes e está a financiar crianças de outros municípios. É só uma chamada de atenção." -----

José Pimenta: "No meu ponto de vista é uma questão moral." -----

Presidente da Assembleia: "É verdade senhor Pimenta, mas a questão que se coloca é a de que se não houver as regras mínimas, se abrirmos uma excepção, teremos de abrir para todos. Parece-me que, do ponto de vista da legitimidade, estamos a extravasar as competências do município, que são circunscritas ao seu limite geográfico. Claro que o senhor, como Membro desta Assembleia, pode fazer a proposta, no sentido que entender, para colocarmos à consideração da Assembleia." -----



José Pimenta: "No meu ponto de vista uma criança que ande no jardim-de-infância em Albufeira não deve ser discriminada." -----

Presidente da Assembleia: "Não me parece que se esteja a discriminar quem quer que seja. Está-se a acautelar os interesses dos munícipes de Albufeira. Uma criança que esteja nas idênticas circunstâncias num outro concelho acredite que não tem o tratamento que o senhor pretende. É um princípio básico. Se abrimos esta exceção para este regulamento, nunca mais se consegue fechar a porta. A seguir é a questão das bolsas de estudo, depois a questão dos subsídios e todas as circunstâncias daquilo que é, na génese, uma boa ideia pode levar depois a um desvio das regras práticas." ----

Vice-presidente: "As vagas não podem estar sempre abertas. É necessário um conjunto de ações: é necessário recrutar pessoas para aquele efeito, é necessário uma série de coisas, que, antecipadamente têm de estar devidamente tratadas." -----

Carlos Santos: "Ouvi atentamente as propostas que aqui foram feitas. Discordo, plenamente, e isso para mim não é discriminar. Discordo plenamente que se esteja a tentar criar algumas exceções antes do acontecimento. Eu propunha que se deixasse passar este ano, que se fizesse uma análise na forma como o regulamento está e se, eventualmente, houvesse correcções, penso que para o próximo ano (o Dr. Rolo tem ideia de continuar com o projeto), então, depois de se verificar o que aconteceu este ano, que essa análise fosse trazida à Assembleia e que, aí, em face do que se passou, se fizessem as alterações. Porque estarmos agora a procurar exceções, pode causar-nos, no futuro, outros problemas, nomeadamente, em bolsas de estudo, entre outros. Esta é a sugestão que deixo à Assembleia." -----

Francisco Oliveira: "Acho que a proposta do senhor Presidente da Câmara, no sentido de dotar a entidade com a capacidade de poder resolver os assuntos excepcionais que possam aparecer, resolveria o problema. Permitia que fosse resolvido, caso a caso, e permitia que este ano funcionasse em pleno, de acordo com as necessidades e as possibilidades. Sem abrir uma exceção propriamente dita, em casos concretos, permitiria que as vagas fossem completadas e que, efetivamente, se resolvesse a situação. Penso que seja a solução mais razoável: não altera, substancialmente, o regulamento e permite uma certa flexibilidade." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite. Quero só dizer que o número de crianças inscritas vai, de alguma maneira, limitar o tipo de acções que se vão fazer e a composição das equipas de técnicos. Há um número de crianças por cada técnico e, se tivermos crianças que



vêm crescer ao número que já está devidamente inscrito, irá alterar a composição das equipas. Por outro lado, este programa, que existe neste concelho, é, neste momento, um farol para os outros concelhos, para que eles copiem este modelo e o coloquem também em prática, porque os bons exemplos aproveitam-se como referência." -----

Presidente da Assembleia: "Penso que o que está aqui em discussão tem, necessariamente, a ver com questões supervenientes em relação ao fecho das inscrições. Se tivermos a redacção em relação a um ponto sexto, seria: "Excecionalmente, em situações devidamente justificadas e desde que não cause inconveniente aos serviços, poderá a Câmara Municipal aceitar novas inscrições". Aqui deixamos à discricionariedade da Câmara e dos serviços porque tem a ver com o número de funcionários que estão destinados a cuidar das crianças e as sensibilidades estariam quase todas acauteladas. Proponho, então, a alteração do segundo número quatro para número cinco e a introdução de um número seis com a redacção lida." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação com as alterações propostas pela mesa.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Carlos Santos -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Lurdes Meirinho, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO SEXTO

Apreciação sobre a reclamação apresentada sobre o processo de loteamento n.º 59/89 (Vale Navio); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Durante estes longos anos, há blocos de apartamentos e vivendas que foram começados e não foram acabados, estão em estado de degradação, e



gostávamos de saber: a empresa que começou, nos anos oitenta, tudo indica que agora irá avançar com os trabalhos. Qual é a actividade a que se destina, se é turística ou outra. A outra questão é: saber se a empresa que iniciou a construção já procedeu à construção das infraestruturas que era obrigada a construir, desde a rede de água, esgotos, a parte elétrica, etc. Ainda há pouco passei por lá e, pelo menos a rua principal, tem iluminação, mas há partes que nem sequer há candeeiros e iluminação pública não existe." -----

Francisco Oliveira: "Na última Assembleia, quando foi levantada esta questão, foi solicitada informação à Câmara Municipal. A questão era saber se a Câmara Municipal ou os serviços teriam respondido aos pontos que vêm na carta que recebemos." -----

Presidente da Assembleia: "Ainda não chegou nenhuma resposta à Assembleia." -----

Presidente da Câmara: "Tenho ideia de ter assinado um ofício para a Assembleia sobre este assunto." -----

Presidente da Assembleia: "O ofício que recebemos na Assembleia Municipal foi a remeter-nos o processo de obras, datado de trinta de Julho. Não houve resposta às questões levantadas. Houve foi a remessa de documentação. O processo está na Assembleia Municipal, são vinte e quatro pastas e estão disponíveis para quem pretender consultar." -----

José Pimenta: "Eu acho que para nós, Assembleia Municipal, torna-se muito difícil tomar uma posição. Não há juristas na Assembleia Municipal. Penso que, a nível do departamento jurídico da Câmara, devia ser-nos dada a informação. A CDU tem muitas dificuldades em fazer uma análise desta situação. Além de toda esta documentação que nos foi enviada, deveria de haver, da parte da Câmara Municipal, algumas indicações." -----

Presidente da Assembleia: "Nós, Assembleia Municipal, podemos pedir a presença e explicações a qualquer técnico municipal. Temos é de solicitar, por escrito, à Câmara Municipal, para que nos seja respondido. Todas as questões que deseja levantar, dirige à mesa e nós solicitamos, e, se necessário for, agendamos o assunto novamente." -----

Francisco Oliveira: "Era de se solicitar à Câmara Municipal que respondessem às questões levantadas na carta que foi remetida à Assembleia Municipal por parte da Finasa. E bastava essas questões serem respondidas para que, depois, aqui tomássemos conhecimento da versão da entidade que faz a reclamação e da resposta da Câmara Municipal." -----



Cândido Reigado: "Neste documento da Finasa, é referido que a empresa aceitou, nos termos da deliberação camarária de catorze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito, assumir o encargo da construção do edifício para a instalação da escola primária e, realmente, está lá uma escola. Quero perguntar se essa escola está de acordo com o projecto inicial ou se a própria empresa construiu à maneira dela e fugiu ao projecto que a câmara teria na altura para a construção dessa escola." -----

Presidente da Câmara: "Essa escola foi feita pela Câmara Municipal." -----

Presidente da Assembleia: "Leio-vos, então, um email enviado pela Finasa em vinte e dois de Julho que diz, *"No seguimento de requerimento apresentado a 4/6/2014, requerimento esse que até ao presente não mereceu qualquer resposta, a Finasa-Imobiliária,Lda, em Lisboa e com NIPC 503175048, vem, por este meio, solicitar a V Exa o agendamento do assunto que constituiu o objecto do mesmo para a próxima reunião da Assembleia Municipal. Mais, toma a liberdade de solicitar a V Exa que do teor deste requerimento seja dado conhecimento a todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, ficando a aguardar informação sobre toda e qualquer deliberação que venha a ser tomada relativamente às questões oportunamente suscitadas."* Por isso, o assunto veio aqui esta noite. Acho que é patente que nenhum de nós terá capacidade de analisar as vinte e quatro pastas do processo e saber tudo o que lá consta, e, portanto, irei insistir, novamente, com a Câmara Municipal, para que haja uma resposta às questões plasmadas na carta. Assim que nos chegue a resposta, todos os membros serão informados." -----

Carlos Santos: "Terminado o ponto, e na sequência do que aqui se passou por parte de um elemento do público, gostaria de deixar uma palavra de apreço pela forma como o senhor Presidente da Câmara defendeu um ex-Vereador desta Câmara, o Engenheiro José Sequeira. Defendeu esta Assembleia no mandato anterior porque consideramos inadmissível que alguém venha de Braga, ou de outro lugar, num tom totalmente descabido e de ameaça, chegue aqui e utilize os termos e a forma como se apresentou." -----

Presidente da Assembleia: "Um dos poderes do Presidente da Assembleia tem a ver com as senhas de presença dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e este assunto não é novo, já tem treze anos. No primeiro mandato do Dr. Carlos enquanto Presidente da Assembleia foi decidido que não haveria lugar a pagamento das senhas de presença aos Presidentes de Juntas de Freguesia. No segundo mandato, o Dr. Carlos Silva e Sousa, como Presidente da Assembleia Municipal, fez uma comunicação



ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público e nenhuma resposta veio destas duas entidades. Foram apresentados dois pareceres favoráveis ao pagamento: um da ANAFRE e outro da CCDR que, do ponto de vista jurídico, foram desconsiderados pelo então Presidente da Assembleia. A Lei, até hoje, não foi alterada. Eu entendo manter a mesma decisão, de não pagar as senhas de presença aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, independentemente de estarem a tempo inteiro ou a tempo parcial e colocarei isto por escrito porque a questão foi levantada e temos um pedido formal pelo que irei dar uma resposta no sentido negativo. Sobre esta minha decisão, enquanto Presidente da Assembleia, cabe recurso para o plenário. Os Presidentes de Junta podem recorrer para o plenário da Assembleia para ser discutida esta questão e colocarei como ponto na ordem de trabalhos esta questão. O plenário é soberano mas a responsabilidade do pagamento é do Presidente da Assembleia. Não acatarei a decisão do plenário, sem pedir ao Tribunal de Contas o respectivo parecer. "-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "O Tribunal de Contas, nestes treze anos não deu resposta, portanto acho descabido estar a enviar para o Tribunal de Contas. Todos os Presidentes de Junta recebem, só em Albufeira é que não recebem. Existe, no processo, dois pareceres jurídicos que dão razão aos Presidentes de Junta e esses pareceres não serviram de nada." -----

Presidente da Assembleia: "O requerente, tendo uma recusa por parte do Presidente da Assembleia, tem o direito de levar a plenário e a última palavra é dos Tribunais. Se o tribunal ordenar o pagamento, no mesmo dia estou a remeter um email para o serviço competente." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por maioria, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 31 de Julho de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

